



O Pensamento Tutelar presente na Educação dos grupos populares no Brasil

Maria do Carmo Brant de Carvalho

O Pensamento Tutelar presente na Educação dos grupos populares no Brasil

Há dois fatores que despotencializam a política de educação pública no Brasil.

➤ A tutela, como cultura política que impregna toda a ação do Estado e da sociedade civil. As desigualdades no Brasil são tão grandes e seculares que não atinamos para o nosso comportamento tutelar para com os desiguais.

O Pensamento Tutelar presente na Educação dos grupos populares no Brasil

➤ O fechamento e isolamento da política de educação; setorização corporativismo fragilizam a efetividade de política de educação.

➤ Nenhuma política de *per si* ganha efetividade social no enfrentamento da pobreza brasileira.

1. O pensamento tutelar - o que é tutela?

O pensamento tutelar é aquele que subestima as capacidades dos desiguais, capacidades estas referidas a pensar, transitar com autonomia, exercer liberdades. A tutela é filha diletta do assistencialismo, do apadrinhamento, do clientelismo.

O pensamento tutelar está enraizado no fazer público. Está presente nas políticas, programas e serviços de assistência social, educação, saúde, combate à pobreza.

1. O pensamento tutelar - o que é tutela?

É muito recente na política pública a substituição, por exemplo, das cestas alimentares – exemplo máximo da tutela - por transferências monetárias.

➤ Mas a tutela não está presente apenas nas doações em espécie. Ela está, sobretudo, no acesso aos serviços e na oferta de oportunidades.

1. O pensamento tutelar - o que é tutela?

É assim que na unidade básica de saúde ou na escola o pobre não tem a mesma chance de reconhecimento e interlocução.

Era, e ainda é muito comum, ofertarem-se para os pobres serviços pobres. Não há um compromisso dos serviços e da sociedade em geral com o desenvolvimento de suas capacidades substantivas.

Amartya Sen, prêmio Nobel há alguns anos atrás, já formulava esta equação social básica: não há possibilidade de exercermos liberdades substantivas se não tivermos nossas capacidades substantivas desenvolvidas.

Desenvolvimento das autonomia e enfrentamento da desigualdades

Neste campo é crucial o compromisso da educação e da saúde. É como se a escola e a unidade básica de saúde girassem e girassem o discurso dos direitos de todos, mas fossem impotentes para assegurar desenvolvimento de capacidades substantivas dos pobres.

Esta situação tornou-se intolerável:

➤ Adentramos o século XXI com 9% de analfabetos absolutos; 31,3% de pessoas que pouco utilizam a leitura e a escrita em sua vida diária, revelando compreensão mínima de um texto escrito; e somente 26,2% atingem níveis mais elevados nessas habilidades, usando de forma intensa e diversificada a linguagem escrita, como por exemplo, lendo jornais regularmente ou usando meios escritos para obter novos conhecimentos (IBGE, 2000/INAF, 2001). Essa é a face mais contundente da pouca eficiência da escola, uma vez que tais habilidades são, ao mesmo tempo, um dos principais objetivos do ensino fundamental e conhecimento de base para a aprendizagem em todas as áreas do currículo escolar.

Esta situação tornou-se intolerável:

- Paralelamente, mais de 80% dos alunos que freqüentaram a 4ª série do ensino fundamental não se apropriaram das habilidades esperadas para essa etapa escolar. (SAEB, 2001).
- De cada 100 crianças matriculadas na 1ª série do ensino fundamental, apenas 54 concluem a 8ª série. Entre jovens de 15 a 17 anos, apenas 44% cursam o ensino médio. Na zona rural este índice cai para 22%.

Esta situação tornou-se intolerável:

A tutela igualmente está presente no trato de alguns públicos e programas sociais. Meninos e meninas que vivem na rua continuam se mantendo na rua sem propostas ambiciosas de alteração deste cenário. Ou ainda o programa PETI que após 10 anos de implementação apresenta resultados pífios na frequência, permanência e sucesso escolar de crianças e adolescentes retirados do trabalho precoce. Ou mesmo, as famílias do Programa Bolsa Família cuja condicionalidade – educação dos filhos – se mantém pouco viabilizada.

A tutela é autoritária e compensatória. A tutela não emancipa, infantiliza.

Para produzir processos emancipatórios são necessárias as seguintes condições:

- Assegurar co-autoria do aluno, da sala de aula, dos pais e da comunidade. Não se faz por! mas sim com!
- Criar rotas de aprendizagem que permitam a crianças, adolescentes e jovens perseguirem e ganharem novas aprendizagens com maior autonomia.
- Reconhecer e trabalhar com potências e não com vulnerabilidades.

Para produzir processos emancipatórios são necessárias as seguintes condições:

- Deslocar a pauta da escola do ensino para a oferta de aprendizagem. Os alunos querem oferta de aprendizagens. E quando falamos em aprendizagens é preciso lembrar que vivemos um mundo de muito maior acesso a informações e conhecimentos veiculados pelos meios multimidiáticos. Vivemos hoje possibilidades reais de acesso a conhecimentos e aprendizados compartilhados.
- Compreender que a escola é da comunidade e não reduzi-la a um equipamento da rede de ensino. A escola tem obrigação de identificar e articular os vários sujeitos e espaços de aprendizagem existentes na comunidade para ampliar e otimizar as oportunidades de aprendizagem a seus alunos.

Para produzir processos emancipatórios são necessárias as seguintes condições:

- Assumir que a escola não pode tudo mas, junto aos demais serviços e projetos da comunidade, pode desenvolver ao máximo as possibilidades de aprendizagem do grupo infanto-juvenil de determinado território.
- Um projeto educacional voltado a combater pobreza e desigualdades tem sempre uma perspectiva multidimensional e multisetorial. Há uma interdependência entre políticas e serviços do território. Nenhuma política de *per si* ganha efetividade social.
- As políticas setoriais estão sufocadas pelo corporativismo de seus trabalhadores. Esta postura tem reduzido as possibilidades de reinventar a política social no país.